

Atas - Comissões

AUDIÊNCIA PÚBLICA REMOTA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 8ª LEGISLATURA, DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, PARA DEBATER O PLC Nº 87, DE 2021, QUE TRATA DA CRIAÇÃO DO PARQUE PEDRA FUNDAMENTAL, REALIZADA EM 11/05/2022.

Ao décimo primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas e trinta minutos, de forma remota, o gabinete do Deputado Claudio Abrantes promoveu a audiência pública remota para debater o PLC nº 87, de 2021, que trata da criação do Parque Pedra Fundamental. Abertos os trabalhos pelo Deputado Claudio Abrantes, Presidente da audiência pública, registrou a presença do Administrador Regional de Planaltina, Sr. Antônio Célio Rodrigues; representando a TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, a Sra. Natália Oliveira de Freitas; representando o Sr. Cláudio Trinchão, Presidente do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental, a Diretora de Implantação de Unidades de Conservação, Sra. Carolina Lepsch Kenupp Amario; o Secretário de Cultura, Sr. Bartolomeu Rodrigues; representando a SEDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a Sra. Nilza Araújo; o representante da Secretaria Executiva das Cidades, Sr. Francisco de Assis Peres Soares, Subsecretário de Programas e Projetos; os representantes da sociedade civil organizada e de diversas entidades: o Sr. Alcides Euflausino, da Associação da Pedra Fundamental; o Sr. Frederico Caldeira Fonseca, Presidente do Conselho de Patrimônio de Planaltina; a Sra. Rosângela Correia, professora do Campus Darcy Ribeiro - UnB; o Sr. Luiz Felipe Vitelli; a Sra. Iassana Rodrigues Soares, do Conselho de Cultura; o Sr. Gesisleu Darc Jacinto, administrador da Unidade de Conservação da Estação Ecológica Águas Emendadas, ESECAE; e o Sr. Eduardo Correia Guimarães, representando os ciclistas de Planaltina. O Presidente justificou a ausência do Superintendente da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, Sr. Saulo Diniz, e esclareceu a finalidade do projeto de lei complementar que trata de gleba de área de 39,4 hectares da Fazenda Sálvia, em zona rural de uso controlado, de propriedade da União, e que está em processo de transferência para a Terracap, para que ela possa gerir essa área localizada no Morro do Centenário, onde se encontra o obelisco denominado Pedra Fundamental, inaugurado nas comemorações do centenário da Independência da República Federativa do Brasil, e que está no quadrilátero demarcado pela Comissão Exploradora do Planalto Central, Missão Cruis. Citou o Decreto nº 7.010, de 1982, que tombou a Pedra Fundamental como patrimônio histórico do Distrito Federal. Esclareceu que o PLC tem as seguintes finalidades com a criação do parque: garantir espaços para as atividades de esporte, recreação, lazer, turismo, em contato harmônico com a natureza, e valorizar este importante marco histórico para o Distrito Federal e para o País; estimular o desenvolvimento de manifestações culturais; favorecer a permeabilidade do solo; promover a melhoria da qualidade do ar no microclima local; viabilizar a arborização, o tratamento adequado da vegetação e, sob um olhar político – valorizar esse importante espaço. Salientou que a audiência pública visa também verificar qual a melhor categorização ambiental, bem como o melhor modelo de gestão do parque a ser criado. O Deputado comentou que o Superintendente do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Sr. Saulo Diniz não pode estar presente, mas informou que já há um processo de tombamento proposto por parlamentar do Mato Grosso, e que está em fase de estudos no órgão de tombamento. Concedeu a palavra ao Sr. Antônio Célio Rodrigues, Administrador Regional de Planaltina, que agradeceu o convite, parabenizou a iniciativa, e registrou a necessidade de ocupar e organizar o espaço para o parque com a infraestrutura e segurança adequadas. O Presidente passou a palavra à Sra. Natália de Oliveira Freitas, arquiteta urbanista, representante da Terracap, que confirmou ser a empresa pública a destinatária final das terras da Fazenda Sálvia e colocou sua equipe técnica à disposição para consultas e informações sobre a área; em seguida passou a palavra à Sra. Diretora de Implantação de Unidades de Conservação do Instituto Brasília Ambiental, Carolina Lepsch Kenupp Amario, que esclareceu sobre os estudos técnicos – Projeto Conserva Cerrado, já iniciados no IBRAM, em função da iniciativa do Deputado Claudio Abrantes, com conclusão prevista para este mês, apresentando o diagnóstico que aponta para a categorização do parque como Monumento Natural, Unidade de Proteção Integral. O Deputado passou a palavra à Sra. Ilza Araújo, arquiteta urbanista da SEDUH, que agradeceu a iniciativa do parlamentar e cobrou implantação de ciclovia no parque a ser criado. O Presidente ressaltou que a formatação do PLC não é uma imposição de categorização ou de área máxima, e que a audiência pública é um ponto de partida para uma discussão mais profunda e também de valorização do bicentenário da Independência, em 7 de setembro; em seguida passou a palavra ao Sr. Francisco Soares, Subsecretário de Programas e Projetos, que cumprimentou o deputado em nome do Secretário de Governo, José Humberto, e ressaltou da importância desta proposta legislativa para desenvolver o ecoturismo, o turismo rural e histórico da capital. Concedida a palavra ao Sr. Bartolomeu Rodrigues, Secretário de Estado de Cultura, que parabenizou pelo momento certo da apresentação do projeto e que a criação do parque é uma forma de reconhecimento do monumento Pedra Fundamental, concordando também com a categorização de Monumento Natural. Convidado a

fazer o uso da palavra, o Sr. Aron Henriques Neves, turismólogo, ressaltou a relevância e a singularidade da criação do parque para o desenvolvimento do turismo, e sugeriu incluir iluminação artística noturna no monumento. O Presidente respondeu a um questionamento da comunidade sobre a área mínima do parque que seria de 706 hectares, que também ainda está em discussão, já que o raio de tombamento, 1.500 metros, acaba superpondo outros parques e parte das áreas urbanas da Vila Pacheco e do Vale do Amanhecer. Passando a palavra ao Sr. Robson Eleutério da Silva, professor, que fez um histórico da solicitação feita ao Deputado Claudio Abrantes para a criação do parque Pedra Fundamental, proposta pela Associação dos Produtores Rurais da Pedra Fundamental, em uma reunião no gabinete em 2019. Esclareceu que faz parte do Conselho de Patrimônio do DF, fez um breve histórico da construção do monumento e da área pública disponível para a implantação do parque que seria de 39,4 hectares na Gleba 227, sem conflito fundiário, segundo a SPU, apoiou também a categorização de Monumento Natural. O Presidente passou a palavra ao Sr. Luiz Felipe Vitelli, que falou sobre a geração de emprego e renda com a valorização do cerrado e da Pedra Fundamental. Observou que em Planaltina são 9 parques interligados por corpos hídricos, falou da necessidade do plano de manejo e da criação de uma zona de amortecimento para o futuro parque. Concedeu a palavra ao Sr. Frederico Caldeira Fonseca, que ressaltou a necessidade da inclusão da educação patrimonial voltada para o novo parque. O Deputado passou a palavra à Sra. Rosângela Correia, antropóloga e educadora da UnB, que explicou as categorizações dos parques dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, reconheceu a importância da proposta de parque monumento natural aberto ao público em equivalência ao Monumento Natural Dom Bosco, no Lago Sul, e ao Monumento Natural do Conjunto Espeleológico do Morro da Pedreira, na Fercal. Ressaltou que o PLC deve ser aprovado o quanto antes com esta nova proposta de diretrizes. O Presidente concedeu a palavra à Sra. Iassana Rodrigues Soares, professora, que falou sobre a diversidade cultural e o símbolo de encontro que é a Pedra Fundamental para combater a exclusão social, e valorizar os empreendedores rurais. Convidado a fazer o uso da palavra, o Sr. Alcides Flausino, presidente da Associação dos Produtores Rurais da Pedra Fundamental, agradeceu a oportunidade de se manifestar e de explicar que foram elaborados a concepção de um projeto arquitetônico e de um memorial descritivo para a comunidade que irá frequentar o parque, apresentados à Administração Regional em 2020. O Deputado Claudio Abrantes concedeu a palavra ao Sr. Eduardo Correia Guimarães, professor e presidente da Associação dos Ciclistas de Planaltina, que cobrou providências do Estado relativas à área da Pedra Fundamental: iluminação, banheiros, bebedouros, conclusão da pavimentação, segurança e manifestou preocupação com as invasões e o mau uso da área. Reclamou da falta de conservação dos outros parques de Planaltina, da degradação das trilhas e do cerrado. Em seguida, a fala do Sr. Gesisleu Darc Jacinto, do IBRAM, que relatou o desenvolvimento do projeto de mapeamento e criação dos corredores ecológicos ao norte do DF, envolvendo áreas públicas e particulares, reservas legais e áreas de APP – Área de Preservação Permanente, e dos obstáculos para a conservação e infraestrutura dos parques existentes, cobrou emendas parlamentares com recursos para minimizar as deficiências apontadas pela comunidade. O Deputado retornou a palavra à Sra. Carolina Amario, do IBRAM, que salientou a convergência dos presentes em relação à proposta de categorização do futuro parque para Monumento Natural, e que fosse observado o rito de criação estabelecido no Sistema Nacional e Distrital de Unidades de Conservação, estudos técnicos, e consulta pública. Quanto aos questionamentos e cobranças sobre a infraestrutura do novo parque, salientou que se deve aguardar o diagnóstico da parte ambiental, histórica, cultural, do meio físico, fauna e flora presentes no plano de manejo, onde serão apresentadas as zonas de uso público e de proteção. Esclareceu também sobre a criação de um Conselho Consultivo para a participação da comunidade no auxílio a gestão da unidade de conservação, e que o monumento natural é uma categoria de proteção mais leve, permitindo agricultura e pecuária em lotes particulares, porém proibindo urbanização, criação de áreas urbanas e implantação de atividades industriais. Justificou a condição dos demais parques em Planaltina pela falta de servidores e de recursos. O Presidente, Deputado Claudio Abrantes, falou sobre a valorização da categorização de Monumento Natural para o parque proposto, considerando que aborda a educação, acessibilidade, gestão ambiental, e preservação. Salientou a importância da aprovação do PLC e da elaboração do plano de manejo, e, se possível, já viabilizar o cercamento. Para as considerações finais, o Sr. Antônio Célio Rodrigues, Administrador Regional, justifica a ausência do Secretário de Turismo e de sua equipe que estão em evento no Plano Piloto. Relatou consulta feita à CEB sobre a viabilidade de iluminação da área da Pedra Fundamental, e com o DER sobre a conclusão da melhoria do acesso à área, bem como sobre o projeto arquitetônico proposto pelas associações e que já foi encaminhado à Secretaria de Cultura. Em considerações finais a Sra. Ilza Araújo falou de estruturas mínimas para garantir o evento, e de pensar um pouco fora do parque como vias de acesso. O Deputado propôs a criação de um grupo de trabalho que concentre todas as informações recebidas e acompanhe as providências e os encaminhamentos da audiência pública, sempre em parceria com o IBRAM. Falou da necessidade da adequação do projeto de lei complementar relativa à recategorização para monumento

